

Congresso vai negociar

O Congresso Nacional vai permitir que, no próximo ano, Estados e municípios rolem mais do que os 75% do principal e encargos da dívida interna e externa, com aval da União, exigidos pelo governo federal. Porém, a Comissão Mista de Orçamento não pretende reduzir a exigência de pagamento para apenas 10%, conforme pressionam os governadores, liderados por Orestes Quérzia, de São Paulo, e Newton Cardoso, de Minas Gerais.

O relator-geral da comissão de Orçamento, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), sugeriu ontem a fixação de um limite de rolagem da dívida intermediário entre os 75% fixados pela União e os 90% reivindicados por prefeitos e governadores.

Postura tecnocrática

À véspera da reunião dos governadores, marcada para amanhã, em Brasília, com os parlamentares do PMDB, Almir Gabriel disse que o governo federal adotou postura tecnocrática e não política, ao exigir, sem con-

sulta prévia, que todos os Estados e municípios cumpram o teto de rolagem de 75% dos serviços da dívida de 1989, incluídas as internas com aval da União. "Se ao longo de todos esses anos, em valores de junho último, Estados e municípios pagaram Cr\$ 103 bilhões anualmente, por que exigir Cr\$ 580 bilhões em 1989?" — questionou o sendor paraense.

Dentro do mesmo posicionamento, Almir Gabriel também considerou fora de propósito as pressões dos governadores para reduzir os pagamentos de 1989 de Cr\$ 103 bilhões para somente Cr\$ 43 bilhões, se as transferências da receita do Tesouro Nacional para Estados e municípios subissem de Cr\$ 1,56 trilhão para Cr\$ 2,31 trilhões, em decorrência da Constituição. Por isso, o relator da Comissão de Orçamento previu que, na reunião de amanhã com os governadores, os parlamentares deverão encontrar um meio-termo entre o teto exigido pela União e pelos governadores.